

DISTRITOS INDUSTRIAIS, CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E AS BASES DA REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL-PRODUTIVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autor: Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

Filiação institucional: Doutorando PPGeo - UERJ

E-mail: miguelpinho13@gmail.com

RESUMO: A Companhia de Distritos Industriais (CODIN) teve sua criação em 1967 e tinha por objetivo a criação de distritos industriais para expandir os “polos de desenvolvimento” pelo estado do Rio de Janeiro. A criação de distritos industriais estava na esteira do pensamento desenvolvimentista brasileiro e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura militar brasileira. Todavia, a implementação e o efetivo funcionamento desses distritos se deu no contexto de crise do “milagre econômico” e a falta de investimentos para continuar a “marcha forçada” da economia brasileira. Esses distritos não criaram o dinamismo necessário pois as condições econômicas e políticas da sua criação entraram em colapso, mas as regiões escolhidas para sua instalação foram eixos de crescimento industrial com o processo de reestruturação territorial produtiva no estado nos anos de 1990.

Palavras-chave: Distritos industriais; CODIN; Reestruturação territorial-produtiva

GT – 14: Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos

1. INTRODUÇÃO

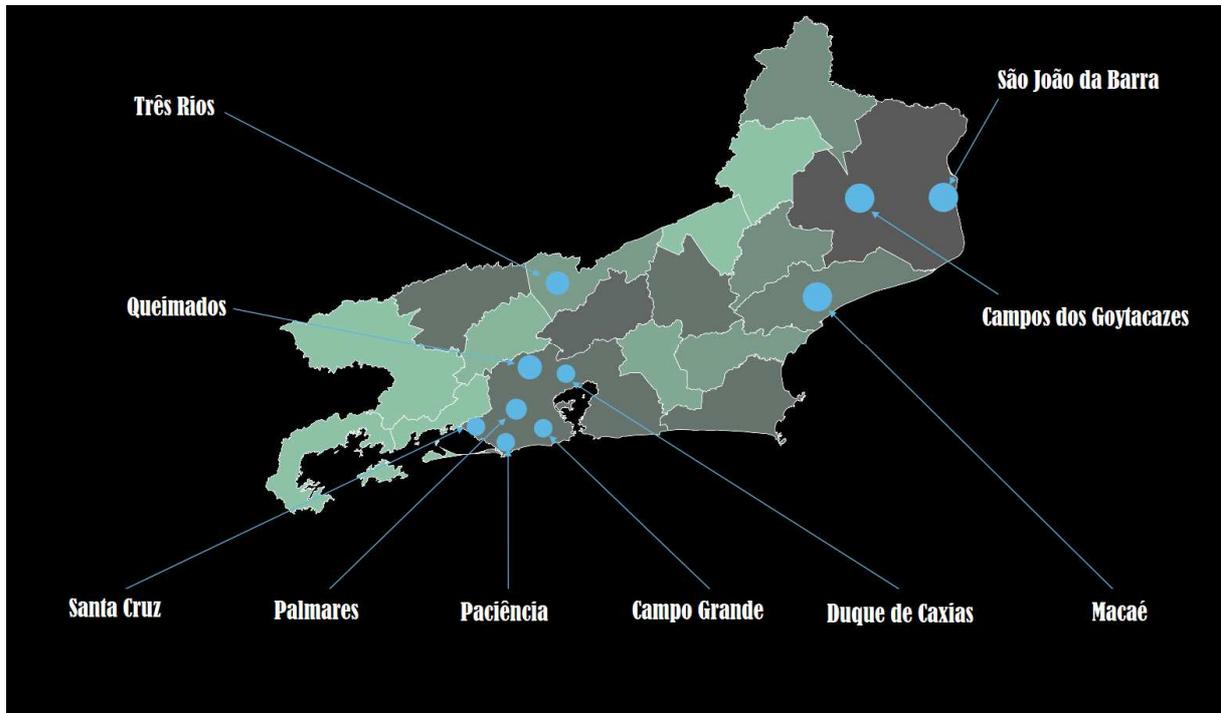
A Companhia de Distritos Industriais (CODIN) foi criada em 1967 pelo então governador do Rio de Janeiro, Geremias Fontes. O objetivo da CODIN era desenvolver polos industriais para alavancar o desenvolvimento industrial e econômico no estado. Em 1982 passa-se a chamar Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a sigla CODIN, que buscava acomodar o processo de fusão entre o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro e ampliar o escopo de ações da companhia para além da gestão dos distritos industriais.

A criação da companhia surgiu no auge das políticas desenvolvimentistas dos anos de 1960 sob a ditadura civil-militar. De acordo com matéria do jornal O Globo, o objetivo inicial era criar três distritos em três regiões distintas do estado. Um distrito no sul fluminense, sem município definido, mas que pudesse dinamizar o Porto de Angra dos Reis, outro distrito em Duque de Caxias, pela sua proximidade com o município do Rio de Janeiro e importantes eixos rodoviários, e, por fim, em Campos dos Goytacazes, em virtude da construção de usinas termelétricas que abasteceriam as indústrias (O GLOBO, 1969).

Entre a criação da companhia e a constituição efetiva dos distritos industriais ocorreram alguns processos econômicos, políticos, produtivos e territoriais que transformaram profundamente o estado do Rio de Janeiro (ERJ). O declínio do milagre econômico, a implementação do neoliberalismo, o processo de fusão entre o estado da Guanabara e o ERJ, a longa perda de dinamismo da indústria na composição do Produto Interno Bruto brasileiro, a perda do Rio de Janeiro ante a outros estados da federação de importância econômica e importância das atividades industriais em sua economia, são elementos importantes que apontam a magnitude das transformações ocorridas.

Passados mais de 50 anos de sua criação a companhia continuou atuante, apesar da variação de políticas econômicas e diretrizes de funcionamento do Estado. Atualmente, a CODIN realiza a gestão de nove distritos industriais: Campos dos Goytacazes, Campo Grande, Duque de Caxias, Macaé, Paciência, Palmares, Queimados, Santa Cruz e Três Rios (CODIN, S/D). A Companhia é uma sociedade anônima de economia mista e de administração indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais – SEDEERI. Além de cuidar especificamente desses distritos industriais, a CODIN é responsável por orientar e facilitar o processo de expansão e instalação de empresas no Rio de Janeiro e de realizar a interlocução entre o empresariado e os entes federativos nos processos de obtenção de incentivos tributários e fiscais.

Imagem 1 - Distritos industriais organizados pelo CODIN no estado do RJ



Fonte: CODIN (adaptado)

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla sobre processos de reestruturação produtiva no território fluminense e de análise das políticas industriais estaduais através ação da CODIN. Apresentamos aqui como novos eixos de atividades industriais surgidos após os anos 1990 - no interior do estado e na periferia metropolitana - coincidem com as áreas de instalação dos distritos industriais e de como as políticas governamentais buscaram induzir atividades econômicas para essas regiões.

Nossa discussão está dividida em dois momentos para captar a atuação dos distritos industriais da CODIN nesses processos anteriormente descritos. O primeiro é criação dos distritos no bojo das políticas desenvolvimentistas e o segundo de crise do desenvolvimentismo e as bases da reestruturação territorial-produtiva durante a implementação do neoliberalismo no Brasil, conseqüentemente, no Rio de Janeiro.

Para elaboração deste artigo realizamos uma revisão bibliográfica sobre a industrialização fluminense e processos de reestruturação no território e pesquisa em periódicos na hemeroteca da Biblioteca Nacional e no acervo digital do Jornal O Globo.

2. DISTRITOS INDUSTRIAIS: ENTRE O APOGEU E A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO

Não é possível analisarmos as políticas industrializantes do território sem compreendermos o que foram as políticas desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo foi a estratégia política de lograr o desenvolvimento na periferia, buscando viabilizar uma maior produção de excedente, através da industrialização. O desenvolvimentismo era, portanto, baseado em três pilares: a forte intervenção estatal na economia, a constituição de um projeto nacional, e por fim, a estruturação de uma política de fortalecimento industrial (FONSECA, 2014).

Podemos dividir em dois períodos esse processo de consolidação industrial no Brasil, o primeiro que é o incipiente movimento de substituições de importações iniciada pelas dificuldades impostas ao Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, até o processo mais robusto iniciado por Vargas em seus governos pós-1930. Nesse primeiro momento as ideias desenvolvimentistas ainda estavam em gestação e desenvolvimento, mas foram fundamentais para criar experiências de gestão econômica e social de um projeto com maior protagonismo da indústria. Nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, o pensamento econômico latino-americano se propôs a pensar os desafios do desenvolvimento e da modernização de suas economias, de maneira que o debate foi centrado na “discussão sobre a eficácia da intervenção estatal para acelerar o crescimento econômico, por cima das ‘leis de mercado’” (FIORI, 2018, p. 18).

O modelo industrial que os desenvolvimentistas buscaram implementar na periferia era trazer as bases técnicas da produção fordista que ainda estava em vias de consolidação nas economias centrais. O economista francês Alain Lipietz, apontou que “entender o que acontece na periferia [...] é preciso lembrar primeiro daquilo que acontece no mundo capitalista desenvolvido” (1988, p. 45). Compreendemos a importância dessa formulação pois foram exatamente as contradições ocorridas nas nações centrais do capitalismo que abriram uma “janela de oportunidade” para os investimentos fabris na periferia. O fordismo se constituiu como momento diferenciado do capitalismo, não por ações isoladas de Henry Ford, ao pagar 5 dólares e jornadas diárias de 8 horas (HARVEY, 2008a), mas sim por compreender as

condições que tornaram esse regime uma necessidade para o capitalismo. Todavia, a visão de Ford foi importante:

O que havia de especial em Ford em sua visão, seu reconhecimento implícito de que a produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (2008a, p. 121).

A iniciativa individual e isolada de Ford esbarraria nas próprias leis de concorrência capitalistas, e não poderia prosperar sem condições coercitivas que impulsionassem os demais industriais a segui-las. A grave crise econômica de 1929, com a busca de retomada econômica a partir de um protagonismo do Estado, que pode ser mais bem exemplificada no New Deal¹ estadunidense, mas, igualmente nos planos de modernização autoritários na Itália e na Alemanha, e nos esforços da economia soviética. Harvey, pontua a necessidade do New Deal e dos esforços de guerra, para criar uma nova disciplina fabril para o trabalhador, submetido a uma maior intensidade na exploração de sua força de trabalho.

Apontamos que a necessidade de coordenação estatal para a reconstrução da Europa, devastada pela intensa destruição de forças produtivas durante a Segunda Guerra Mundial, possibilitou um período sustentado de crescimento econômico e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora europeia. Esse período de bonança entre 1945-1973 foi considerado a Era de Ouro do capitalismo, como periodizado pelo historiador britânico marxista Eric Hobsbawm (2005). Foi durante a Era de Ouro que a política fordista-keynesiana conquistou sua plenitude, e pelos resultados obtidos no plano econômico e social criou um amplo consenso “tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos” (2005, p. 276). O pacto da Era de Ouro, foi um pacto fordista, um pacto que possibilitou a disseminação das práticas de Ford, ao menos nos países capitalistas ditos desenvolvidos. Para Lipietz o fordismo estava ancorado em:

¹ Nos Estados Unidos, o epicentro da crise, houve a promulgação do New Deal (1933-1937), que foi um conjunto de políticas de investimentos massivos em infraestrutura, com objetivo de geração de empregos e garantir demanda efetiva para a produção da economia estadunidense.

o regime de acumulação intensiva, centrado no consumo de massa, pode se generalizar porque um novo modo de regulação, monopolista, havia incorporado a priori na determinação dos salários e dos lucros nominais, um crescimento de consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade (1988, p. 50).

O modelo de crescimento da economia estava lastreado em ganhos salariais que dependiam de ganhos de produtividade do trabalho, permitindo assim uma não compressão dos lucros. Entretanto, quanto maior a produtividade, mediante o uso intensivo de capital fixo, menor a necessidade de força de trabalho, o que poderia colocar em xeque a produção em massa para um consumo em massa. Mas temporariamente mediante a magnitude do crescimento das economias, mais trabalhadores eram inseridos na dinâmica produtiva, o que possibilitava manter as bases fordistas.

Nesse período expansivo do capitalismo ocorreu instalação de plantas de empresas transnacionais em alguns países periféricos. No caso brasileiro, onde o investimento em criar uma indústria base que pudesse sustentar os outros setores da industrialização avançou, mas a constituição de um setor de bens de consumo duráveis tornou-se robusto com a vinda de empresas transnacionais, em especial, do setor automobilístico.

Embora o receituário intervencionista tenha ganhado força em boa parte das nações, e em certa medida, no Brasil também, a sua adoção não significa que a realização plena do fordismo. Lipietz ao estudar os dilemas e as contradições da industrialização nos países periféricos formulou uma crítica ao processo de substituições de importações, que ao nosso ver dá pistas importantes do que foi o fordismo à brasileira:

essas experiências permitiram uma transformação social real, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos. É possível, se referindo a isto, falar de subfordismo, em outras palavras, de uma caricatura de fordismo, uma tentativa de industrialização de acordo com a tecnologia e o padrão de consumo fordiano, mas sem as condições sociais, nem do lado do processo de trabalho, nem do lado do padrão de consumo de massas (*ibidem*, p. 78)

Podemos questionar se algumas das medidas de proteção social do trabalho, como a criação de leis trabalhistas para os trabalhadores urbanos e as políticas sociais de habitação não poderiam configurar a constituição de um Estado Social no Brasil. Nelson da Nóbrega Fernandes (2008) defendeu que a “crítica anti-populista impede que vejamos que a provisão de bens e serviços sociais públicos estatais foi um imperativo de todos os governos do período

fordista” (2008, s/p). Fernandes ressalta a importância dos conjuntos habitacionais criados pelos institutos de previdência de cada categoria, que impactaram a paisagem do Rio de Janeiro não só pela sua abrangência com milhares de unidades de moradias para trabalhadores construídas, mas pela concepção modernista de vanguarda, que também era predominante em outros países industrializados (*Idem*).

Em nosso entendimento essas experiências não se configuram como abrangentes nem nível estadual, menos ainda a nível nacional. Não é possível visualizar nem período varguista, nem nos governos democráticos dos anos 1940, 1950 e 1960, e nem da ditadura civil-militar, a constituição de um modelo fordista completo, com a constituição de Estado de Bem-estar social pleno. Todavia, as políticas acima descritas por Fernandes, deixam claro que existiram ecos do fordismo para além da produção fabril.

O município do Rio de Janeiro, historicamente, tem um peso muito elevado para a economia estadual fluminense, com a concentração de população e atividades. Para Fany Davidovich (2001), essa excessiva concentração está diretamente ligada ao passado colonial, quando a cidade alcançou como posto avançado de metrópole ultramarina e “alcançando auge com o papel de capital do país, a função portuária e, mais tarde com a posição metropolitana” (2001, p. 69). Ainda ligado ao passado colonial, a autora prossegue ao afirmar que “na condição de Cidade Real e Município da Corte, até fins do século XVII, o Rio de Janeiro dependia de recursos da coroa portuguesa, insuficientes para promover o povoamento no interior” (*idem*). Corroborando com a noção de concentração, Abreu (2013) aponta que quase dois séculos depois, o núcleo urbano do Rio de Janeiro se resumia a sua região central e freguesias imediatas, tendo também suas atividades industriais em insipiente desenvolvimento também ocorrendo nessa restrita mancha urbana.

As atividades industriais pioneiras na cidade e conseqüentemente no que hoje formaria o Estado do Rio de Janeiro, são descritas a seguir, e perceberemos a importância que as intervenções do poder central têm ao concentrar seus investimentos na cidade:

A industrialização na cidade teve seus primeiros impulsos com a vinda da família real para o Brasil, que instalou em seguida à sua chegada, a Casa da Moeda, considerada uma das primeiras instalações de cunho industrial. A seguir, vieram instalações industriais da Imprensa Régia e, principalmente, o Arsenal da Marinha de Guerra. A estas unidades, vinculadas ao governo imperial, logo se seguiram “vários jornais no centro da cidade, aproveitando a mão-de-obra formada pela Imprensa Régia, e o

desenvolvimento da indústria de reparos e construção naval na Baía de Guanabara (...) aproveitando-se dos operários formados pelo Arsenal de Marinha” (IplanRio/NDI, 1994, p. 2). Nesse período, predominavam em todo o país apenas pequenas oficinas artesanais nos setores de madeira, metal, couro e roupas, instrumentos de trabalho, material de construção, além das pequenas indústrias de armas e da imprensa (OLIVEIRA, J.F.G., 2008, pp. 65-66).

Essa concentração dos investimentos na metrópole foi a tônica da cidade do Rio de Janeiro até a transferência da capital federal do Brasil para Brasília. Elemento que segundo Osorio, Rego e Versiani (2017), formavam uma capitalidade, que concentrava investimentos públicos e atraía investimentos privados, que foram duramente absorvidos com a estagnação econômica nas décadas posteriores à mudança de *status* de distrito federal. Inclusive, esse efeito não é imediato, sendo sentido de fato apenas algumas décadas depois como apontam os mesmos autores, “mas somente nos anos 1980, com a inversão do processo de crescimento da economia brasileira e a crise fiscal que então se instaurou, atingindo particularmente o estado do Rio de Janeiro, pelo peso que o gasto federal ainda tinha na região” (OSORIO; REGO; VERSIANI, 2017, p. 6). Podemos concluir que essa capitalidade influenciou a organização espacial da economia industrial estadual, como confirma a passagem adiante:

Na história econômica e na organização do território do Estado do Rio de Janeiro, as duas características marcantes do processo de industrialização e desenvolvimento da economia industrial foram os amplos investimentos na cidade núcleo da metrópole e do estado, a cidade do Rio de Janeiro, e o fato de que os investimentos industriais fora do núcleo só ocorreram em lugares situados ao longo dos eixos viários que ligam a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo e a Minas Gerais, nos quais foram privilegiados alguns setores importantes da economia industrial fluminense (OLIVEIRA, J.F.G., 2008, p. 57).

Corroborando com a noção de que o governo federal é responsável por essa concentração, Oliveira (2008) prossegue ao detalhar o seu papel em gerar essa concentração de recursos na metrópole, seja com investimento diretos ou demandas governamentais para empresas privadas:

Isso implicou dois fatos conjugados: o governo central, em suas diferentes formas, tornou-se um dos mais importantes demandantes das empresas da cidade e, ao mesmo tempo, o maior investidor produtivo em setores estratégicos para economia do país e do estado” (OLIVEIRA, J.F.G., 2008, p. 58)

A criação da Companhia de Distrito Industriais, se insere no contexto desenvolvimentista de estímulo ao processo de industrialização e da coordenação estatal do processo. De acordo com matéria d’ O Globo a CODIN foi criada para dispersar espacialmente

o surto de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, como poderemos ver no trecho a seguir:

A necessidade de criar novas fontes de riquezas em regiões ainda não beneficiadas pelo surto de desenvolvimento do Estado do Rio levou ao governador a criar uma Companhia de Distritos Industriais (CODIN), que começou a ser implementada durante as comemorações do segundo aniversário de sua administração.

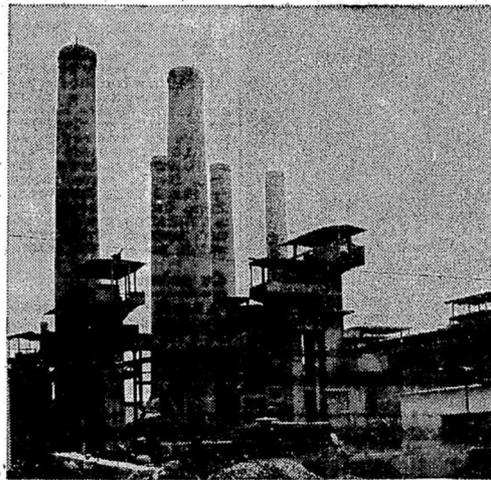
O novo órgão terá como principal finalidade fazer o levantamento das áreas mais necessitadas de desenvolvimento, onde serão criados os distritos industriais, que permitirão maiores possibilidades econômicas nas regiões escolhidas e a formação de novas fontes de produção para o aproveitamento de mão-de-obra dispersa (O GLOBO, 1969, p. 2).

Fica nítido a tentativa de coordenação estatal do processo de desenvolvimento, de espriá-lo por mais regiões, tendo a indústria como elemento catalizador. Dada a concentração das atividades no núcleo metropolitano, a CODIN tinha por objetivo estimular o crescimento industrial no estado e isso passava por interiorizar a produção industrial. Observamos que a ação de realizar “levantamento das áreas mais necessitadas de desenvolvimento”, está embebida na ideia de que o Estado tem como missão promover o desenvolvimento, de ser o responsável para que o interior saia do “atraso” e que possam experimentar as benesses do desenvolvimento.

Como já citado anteriormente, o objetivo da CODIN era estabelecer três distritos, sendo um distrito no Sul Fluminense, ainda sem um município a ser definido, outro em Duque de Caxias e por fim, um em Campos do Goytacazes, que foi a primeira cidade a iniciar o processo de instalação de um distrito. O otimismo em relação ao potencial do distrito industrial, era tanto que em uma peça publicitária havia um trocadilho com o nome do município escolhido para receber o empreendimento:

Imagem 2 - Recorte publicitário da CODIN

**Não demora muito
o município de Campos
vai ter que mudar
de nome.**



Vai se chamar Fábricas.

Fonte: O Globo, 21/05/1970, p. 5

O texto que acompanha a imagem acima, cita as vantagens do distrito industrial em Campos dos Goytacazes, como seus “90 lotes de 4 mil metros quadrados cada, pagáveis em 20 anos, sem juros e correção monetária. Estão há 5 km do Centro da Cidade de Campos, que [...] é o entroncamento rodo-ferroviário do Norte do Estado” (*Idem*). As facilidades para pagamento dos terrenos no distrito e a existência de uma rede logística que poderia beneficiar as indústrias ali instaladas é usada como propaganda nessa peça publicitária da CODIN no Jornal O Globo.

A iniciativa da CODIN de propagandear seu distrito recém-lançado em um periódico de grande circulação no Rio de Janeiro, em especial na capital, é uma forma de atrair o empresariado, e isso fica mais evidente no trecho: “as indústrias cariocas e paulistas devem andar depressa, se quiserem aproveitar todas as vantagens, entre elas a do financiamento do Bancoderj para a instalação de indústrias” (*Idem*). Salientamos que essa frase é reveladora sobre a competição do interior em relação a metrópole, de buscar atrair as “indústrias cariocas” e a clara tentativa de o governo estadual estimular a desconcentração industrial não só na cidade

do Rio de Janeiro, mas atrair empresas de São de Paulo, que já experimentava uma desconcentração desde a década de 1960. O governo do Estado criou no mesmo período o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (Bancoderj), com o objetivo de financiar empresários dispostos a investir seus capitais em áreas de interesse do governo. A criação do banco estadual de desenvolvimento apontava que o governo do estado era um agente dinamizador do território, que não estava apenas à espera de investimentos federais, mas possuindo uma postura ativa, dentro de suas possibilidades fiscais e institucionais, de estimular o crescimento econômico e a instalação de indústrias no território fluminense.

Ainda sobre o distrito de Campos de Goytacazes, antes da iniciativa de instalar o distrito, temos a infraestrutura instalada de usina termelétrica com linhas de transmissão da Centrais Elétricas Fluminenses – que era uma *holding* de empresas públicas – e aparece “a subestação Presidente Castelo Branco já inaugurada, e entrou em carga a primeira unidade geradora da Usina Térmica Roberto Silveira, de 15 mil kw” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1969, p. 6).

Apesar de propagandeado desde 1970, o distrito de Campos ainda não estava em funcionamento em 1973, havia uma previsão de inauguração em março do ano seguinte (O GLOBO, 1973). De acordo com a matéria o primeiro distrito da CODIN só entrou em funcionamento em 1974. Em 1972 é noticiado em Duque de Caxias um movimento de realização de obras de infraestrutura, em apoio a política da CODIN (SILVA, 1972).

Com a fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro houve a incorporação à CODIN dos distritos que pertenciam a Companhia Progresso da Guanabara (COPEG), no entanto, eles não gozavam de grande dinamismo e contavam com baixa adesão de empreendimentos em seus lotes:

De fato, a política focada em distritos industriais organizada para a Guanabara fracassou. No curso do governo Lacerda, só ocorreu a ocupação, por indústrias, de 1% da área inicialmente prevista para o total dos distritos industriais, então criados na Avenida das Bandeiras e em Santa Cruz (Guanabara, 1970, p. 46). No governo Negrão de Lima, a política de distritos industriais também não alcançou resultado significativo, seja pela não ocupação do novo distrito por ele criado, a Fazenda Botafogo, seja porque o distrito industrial de Santa Cruz continuava praticamente desocupado. (OSÓRIO; REGO; VERSIANI, 2017 p. 11)

Negrão de Lima foi governador da Guanabara de 1965 até 1971 e sua política de distritos industriais via COPEG também não houve êxito. Precisamos compreender que a partir da década de 1970, mais especificamente 1973, o milagre econômico brasileiro vai ser duramente afetado pela crise econômica mundial e iniciar um processo de declínio e crise. Na próxima seção de nosso trabalho, iremos aprofundar a discussão sobre a crise do desenvolvimentismo brasileiro, que em nossa análise é a crise do fordismo em nível global e o processo de reestruturação territorial-produtiva surgido em concomitância a implementação do neoliberalismo no país.

3. A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E A REESTRUTURAÇÃO NA ECONOMIA FLUMINENSE E OS DISTRITOS INDUSTRAIS

Apesar do ano de 1973 pode ser considerado um marco por causa do choque do petróleo, desde os meados dos anos 1960 “havia indícios de problemas sérios no fordismo” (HARVEY, 2008a, p. 135). Além da recuperação econômica e industrial da Europa e do Japão, que passaram a competir com indústria da potência hegemônica, os Estados Unidos, tivemos a consolidação do processo de substituição de importações nos países da América Latina e Ásia. O Harvey resume a questão da crise do fordismo na passagem a seguir:

o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no setor “monopolista”) (*Idem*).

Um dos elementos que marca a crise do fordismo no centro, está diretamente relacionado com o seu processo de desenvolvimento nas economias periféricas, como apontou Harvey ao pensar a transição do fordismo para o que ele nomeou de acumulação flexível. Esse novo momento do capitalismo gerou uma mudança significativa em termos organizacionais das empresas, na desregulamentação dos fluxos financeiros, nas formas de regulamentação e organização do trabalho e na forma de organização do Estado. Entendemos que muitos aspectos

da produção fordista ainda persistam em uma grande quantidade de empresas, em especial na periferia do capitalismo, e em setores menos avançados tecnologicamente da produção industrial.

O segundo choque dos preços do petróleo de 1979 e o aumento dos juros por parte do Federal Reserva System estadunidense vai abalar fortemente o milagre econômico e abalar a economia brasileira na década de 1980. De acordo com Antônio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza (1985), as importações com combustíveis líquidos saltam de aproximadamente US\$ 4 bilhões para US\$ 10 bilhões, além do pagamento de juros, referentes aos empréstimos que sustentaram os investimentos para o crescimento brasileiro salta de US\$ 2,7 bilhões em 1978 para US\$ 9,2 bilhões em 1981. A balança de pagamentos do Brasil ficou fortemente combatida com a queda do valor dos produtos primário exportados e pelo aumento dos juros dos empréstimos externos que sustentaram o “milagre econômico” (*Idem*).

A partir de 1979 ocorreu uma reorientação, por vezes confusa, do planejamento governamental, através da busca de colocar no comando do processo de desenvolvimento econômico o setor privado, colocando como responsável pela estagnação nacional não mais o estrangulamento externo e sim a falta de poupança interna e o excesso de consumo da população. O industrialismo também vai sofrer um revés com a opção pelas “vantagens comparativas” do Brasil na produção agrícola e no extrativismo mineral (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 85-86). Ou seja, teremos uma reversão, pelo menos no aspecto do projeto dos planejadores do Estado, do que veio a ser até então a marca da política econômica da ditadura cívico-militar no país e, podemos ir mais além, de uma longa tradição desenvolvimentista inaugurada com a Revolução de 1930.

A economia brasileira sofreu grandes transformações a partir da década de 1980 com a redução da participação da indústria de transformação no PIB e uma mudança na pauta de exportações, com a primazia do agronegócio sobre os demais setores (SILVA, 2019). O estado do Rio de Janeiro absorveu profundamente as principais transformações ocorridas na economia nacional e internamente também houve uma reestruturação das indústrias do núcleo metropolitano em direção ao interior. Oliveira define esse processo como uma “inflexão da tendência histórica de hiper-concentração de recursos, arrecação e população na metrópole” (OLIVEIRA, J.F.G, 2008, p. 19).

A crise do fordismo no centro capitalista não gerou uma alteração brusca de planos na CODIN, uma vez que a iniciativa de ampliar os polos de desenvolvimento através de mais distritos industriais continuou a ser implementada. No distrito de Queimados, no município de Nova Iguaçu², foi dotado de um distrito industrial no final dos anos de 1970. A metrópole ganhava em sua periferia imediata, nas margens da Rodovia Presidente Dutra um distrito da CODIN. O que se observou é que ao longo de todos os anos de 1980, poucas empresas se instalaram no distrito industrial de Queimados, apesar da venda dos lotes para os potenciais interessados (PINHO, 2020). Pinho prossegue ao afirmar de toda a primeira década de funcionamento do Distrito Industrial de Queimados foi abaixo do esperado, com baixo dinamismo e ocupação dos lotes:

O início de seu funcionamento foi tímido, com o funcionamento de apenas três fábricas: a Ideal Standard, a Siderúrgica Hime e a Hughes Tool (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 15). Ao fim da década de 1980, foram verificadas um total de 8 empresas instaladas no distrito: Consigua, Kaiser, Hughes, Ideal Standard, Multibloco, Semana Ilustrada, Vifrio (JORNAL DO COMMERCIO, 1988, p. 13) e Panisol S.A. Painéis (JORNAL DO COMMERCIO, 1990, p.15). Em 1998, houve a instalação da infraestrutura de nova iluminação no DIQ, quando, segundo a então Companhia de Distritos Industriais do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), havia 17 indústrias em funcionamento (JORNAL DO COMMERCIO, 1998, p. 15), entre elas a Cervejaria Kaiser, a Pepsi e a Coca-Cola (PINHO, 2020, p. 2).

Em declaração ao Jornal do Commercio, José Augusto Assumpção, diretor da CODIN em 1980 afirmou a intenção de investir nos municípios da periferia da região metropolitana e que se pretendia promover uma “desconcentração intrametropolitana”. Com esses investimentos, Assumpção esperava obter tais resultados:

“redução dos desníveis existentes entre o centro e a periferia; a fixação das populações em seus locais de moradia; a redução dos diários deslocamentos de massa, no sentido periferia/centro; e o descongestionamento da malha viária urbana e redução do consumo de combustíveis” (JORNAL DO COMMERCIO, 1980, p).

Essa fala de Assumpção deixa clara a intensão da instituição de promover o desenvolvimento fora do núcleo da metrópole, tirando esse protagonismo da capital. Como já afirmado anteriormente, a indústria é vista como componente chave na efetivação desse projeto.

² Posteriormente o distrito sede do distrito industrial viria a se emancipar e se tornar o município de Queimados em 1990.

A crise do regime fordista no centro, desembocou no caso brasileiro uma crise do modelo desenvolvimentista e autoritário dos militares. Entretanto, o processo de reestruturação foi muito mais difuso e contraditório. Diferentemente do que ocorreu com o fordismo nos Estados Unidos e Europa, onde existiu um maior equilíbrio de forças entre capital e trabalho, regulado pelo Estado, buscando manter o pacto fordista. No Brasil, nesse período em que vigorou a ditadura, o movimento operário e movimentos sociais eram intensamente controlados e reprimidos. A derrocada do regime militar abriu um período de ascensão das lutas sociais e dos movimentos, que culminaram na luta por democracia e direitos sociais que retardaram a reforma do Estado e adesão ao neoliberalismo.

Os anos de 1980 não foram de grande dinamismo para indústria fluminense, sendo impactada pela redução de investimentos públicos no estado e observando a sua importância na participação da produção fabril nacional se reduzir.

A década de 1990, no Brasil, foi marcada pela ascensão do neoliberalismo, tendo como marco a eleição de Fernando Collor de Mello, responsável pela abertura econômica, com o fim ou diminuição do protecionismo para vários segmentos da indústria. O governo de Itamar Franco, que assume após o impeachment de Collor, é marcado pela criação do Plano Real, e seus efeitos mais contundentes para a atividade industrial foram sentidos no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso. Com a estabilidade política e econômica gerada pelo controle da inflação pelo Plano Real, foi possível um processo mais ousado de reformas e privatizações de empresas públicas durante a gestão de Cardoso.

As bases materiais da ascensão política do neoliberalismo estão na redução dos ritmos de crescimento mundial pós-abalo da crise de 1973-75. A crise abriu margem para o questionamento dos caminhos até então trilhados pelas políticas keynesianas e de bem-estar social. Harvey capta muito bem as mudanças na forma de atuar do Estado no neoliberalismo:

o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado, tem portanto, de usar seu monopólio dos meios da

violência para preservar a todo custo essas liberdades (HARVEY, 2008b, p. 76)

Devemos pensar o neoliberalismo de forma mais ampliada do que a bandeira de agitação de articulistas liberais de retirada do Estado da economia, e sim como uma nova relação entre o Estado e o mercado. Estado nunca deixou de atender aos interesses das classes dominantes, mas devido ao arranjo político constituído para sustentar o consumo em massa, houve concessões aos trabalhadores. Com a crise do bloco socialista e a crise do fordismo, essas novas condições permitiram às classes dominantes buscar moldar uma nova forma para o Estado.

A economia fluminense vai absorver esses anos de reestruturação da economia com um processo de privatização de empresas públicas, e “desencadear processos que favorecem a incorporação de novos segmentos industriais e a remodelação do sistema público de extração mineral” (OLIVEIRA, J.F.G. 2008, p. 276). O crescimento do peso da economia do petróleo, principalmente no norte do estado modificou a geografia econômica do Rio de Janeiro. Ela possibilitou a reativação do setor químico e naval, além de um conjunto de serviços ligados a cadeia do petróleo. Oliveira salienta, que a formação de um novo eixo metal-mecânico no Vale do Médio Paraíba, fortalecendo uma dinâmica diferente da típica desconcentração industrial, em que não ocorreram migrações de indústrias da capital em direção ao interior, mas sim a ocorrência de uma reconfiguração com a chegada de novos segmentos baseados em novas tecnologias e novos setores.

Os anos de 1990 são marcados por um processo de reestruturação tanto produtiva, nos meios técnicos da produção capitalista, quanto em termos territoriais, com novos eixos de expansão econômica e industrial. O capital está sempre em busca de potencialidades nos territórios e em constante deslocamento para ampliar as suas possibilidades de reprodução. Entendemos que esse processo se aproxima do que Soja (1993) conceituou como reestruturação regional:

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente

esgarçada para impedir remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 193).

Desmoroamento e reconstrução são tônicas da própria dinâmica espacial desigual do capitalismo, que cria, desfaz e refaz espaços econômicos de acordo com a conveniência dos processos de acumulação de capital. Os períodos de estagnação ou crise são momentos em que o processo de acumulação se vê diante de suas contradições e busca saídas, econômicas, espaciais e temporais para retomar o processo de reprodução ampliada do capital. A infraestrutura física e logística, os arcabouços constituídos de meios jurídicos e institucionais para isenções e incentivos fiscais são reaproveitados em um novo momento do uso do território e do surgimento de novas dinâmicas econômicas.

A pesquisa até aqui não identificou os distritos como responsáveis pelo processo de reestruturação, mas sim, a sua constituição sendo uma de suas bases, pois fizeram parte da estratégia de dotar o território de meios técnicos para a instalação de indústrias fora da metrópole. Em um outro momento os distritos coincidiram com os novos eixos de expansão industrial no ERJ, sendo reinseridos no processo de dinamização econômica do território. Este trabalho ainda é um momento parcial da pesquisa que busca identificar em que medida os distritos industriais contribuíram com esse processo de reestruturação ocorridos no estado e como o governo estadual atuou nessa desconcentração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da CODIN esteve intimamente ligada ao projeto de desconcentrar os investimentos historicamente concentrados na metrópole do Rio de Janeiro. O Estado era visto como o agente por excelência para promover o desenvolvimento regional e a indústria tinha um papel central nesse projeto de desenvolvimento.

A criação de distritos industriais no interior do ERJ tinha um papel estratégico para o governo, principalmente se pensamos o antigo distrito federal, transformado estado da Guanabara e não fazia parte da jurisdição do governo estadual. A concentração de recursos e investimentos na metrópole, que ainda gozava de uma certa capitalidade mesmo depois da transferência da capital para Brasília.

Da criação da CODIN em 1967 até 1974, quando ocorreu funcionamento efetivo de seu primeiro distrito, em Campos do Goytacazes, houve grandes transformações econômicas no mundo, no Brasil e no Rio Janeiro que impactaram seus projetos. O ciclo de políticas desenvolvimentistas, que mesmo com diversas nuances, tinha se mantido em vigor desde a década de 1930 entrava em crise. A crise do paradigma fordista que foi teve como marco o 1º choque de petróleo, significou também o início de uma crise do milagre econômico da ditadura.

Ainda que o governo central buscase ainda manter ativos os investimentos, a continuidade de crescimento com endividamento foi completamente inviabilizada pelo 2º choque de petróleo. A economia brasileira iniciaria um período de estagnação e queda no seu ritmo acelerado de crescimento até então. No âmbito estadual, a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro foi um avanço institucional, pois possibilitava uma gestão mais integrada do território, que tinha a metrópole como polo mais dinâmico (OLIVEIRA, J.F.G., 2008). Todavia, esse avanço não foi suficiente para dinamizar as iniciativas dos distritos como “polos de crescimento”, o que fica evidente pelo baixo dinamismo de tanto das unidades de Campos do Goytacazes e de Nova Iguaçu, mas também pelos distritos cariocas herdados da COPEG.

O processo de reestruturação territorial-produtiva ocorrida no estado, criou um cenário de desconcentração industrial, mas não o típico caso de migrações de empresas que se instalavam na capital e passaram a se instalar na periferia da região metropolitana ou interior do estado. O ocorrido nos anos de 1990 foram novas dinâmicas que trouxeram novos investimentos de outros ramos e setores econômicos, dos que havia na metrópole.

Quanto aos distritos industriais da CODIN embora não possamos afirmar que tenham sido os propulsores das mudanças ocorridas pós anos de 1990, indicam um desejo e ações ativas dos governos estaduais de estimularem as atividades industriais nessas regiões que foram vetores de industrialização no interior do estado. Também indicam a construção de infraestrutura energética e logística para o desenvolvimento de atividades industriais. Concluimos que esses eixos, embora tenham sido dinamizados por investimentos privados, nos anos de 1990, podemos atribuir uma importância para o processo de reestruturação a existência de uma infraestrutura prévia e investimento públicos em infraestrutura.

Encerramos este trabalho afirmando que essa é uma agenda de pesquisa que está em andamento e que o avançar das investigações trará uma maior precisão sobre o papel da CODIN nesse processo de reestruturação territorial-produtiva ocorrida no Rio de Janeiro após o processo de neoliberalização promovido nos anos de 1990. E de quais foram as novas estratégias adotadas pelos governos estaduais diante de uma nova diretriz de funcionamento e organização do Estado e de empresas públicas.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª edição. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013
- DAVIDOVICH, Fany. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Caderno Metrópole** nº 6, pp. 67-77, 2ª sem. 2001
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Heron Domingues com as notícias. **Diário de Notícias**. Seção 1. p. 6. 13 de junho de 1969.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). **Actas del X Colóquio Internacional Geocrítica**. Diez años de cambios em el mundo, en la geografía, y en las ciencias sociales, 1999-2008, 2008.
- FIORI, José Luís. As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Antônio (org.) **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo - A Construção do Conceito. In: BIANCARELLI, A. et ali. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.
- _____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- JORNAL DO COMMERCIO. Dez mil empregos em N. Iguaçú: distrito industrial possibilitará recolhimento de 900 milhões em impostos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Indústria, p. 6, edição 181 de 13 de maio de 1980.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

O GLOBO. Meta fluminense é criar indústrias em todo o Estado. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, de 3 de março de 1969.

_____. Informe publicitário. **Jornal O Globo**. p. 5, de 21 de setembro de 1970

_____. Campos já preparou infraestrutura para receber todo tipo de indústria. **Jornal O Globo**. p. 20, de 21 de novembro de 1973.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSORIO, M., REGO, H.R.S., and VERSIANI, M.H. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. orgs. Revisitando o território fluminense, VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 3-24. ISBN: 978-85-7511-457-5. <https://doi.org/10.7476/9788575114575.0002>.

PINHO, Miguel Alexandre do Espirito Santo. Reestruturação regional, retorno das chaminés e a indústria da construção civil como máquina de crescimento: uma análise de Queimados, RJ, durante o governo Max Lemos (2009-2016). **Espaço e Economia** [Online], nº 19, agosto de 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/15413>

SILVA, Carlos. Movimento Fluminense. **Tribuna da Imprensa**. p. 10. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1972.

SILVA, Robson Dias da. Estrutura industrial e desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro (1990-2008). **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico**, Instituto de Economia, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. da 2ª edição inglesa por Vera Ribeiro. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1993